Bolsas — Na sexta-feira: 1,39% São Paulo; 0,46% Nova York

Pontuação B3 — IBovespa nos últimos dias: 165.528 → 168.498 (3/11, 4/11, 5/11, 6/11)

Dólar — Na sexta-feira: R$ 5,508 (+0,37%)

Dólar	Últimos
29/outubro	5,387
30/outubro	5,444
3/novembro	5,487
4/novembro	5,451
5/novembro	5,488

Salário mínimo — R$ 1.621

Euro — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 6,136

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,66%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Brasil chega à COP31 pressionado por fósseis

Conferência da Turquia cobrará avanços na transição energética, no financiamento climático e na implementação de compromissos

» RAFAELA GONÇALVES

O Brasil chega à 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), que começa amanhã, em Antália, na Turquia, com o desafio de transformar compromissos climáticos em medidas concretas para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e ampliar o financiamento climático. Depois de sediar a COP30, em Belém, e apresentar propostas para orientar a transição energética global, o país passa a ser cobrado também pela implementação de uma estratégia nacional capaz de conciliar descarbonização, segurança energética, competitividade econômica e mobilização de recursos para viabilizar a transição.

Para o Observatório do Clima, o sucesso da conferência deverá ser medido pelo avanço de uma transição justa e equitativa para longe do petróleo, do gás natural e do carvão. A avaliação da rede de organizações ambientais é que a meta de ampliar a eletrificação até 2035, defendida pela presidência turco-australiana da COP31, não será suficiente se não vier acompanhada de medidas concretas para reduzir o uso de combustíveis fósseis.

"O sucesso da COP31 será medido pela maneira como ela avança na transição equitativa para longe dos combustíveis fósseis", afirma o Observatório do Clima em seu documento de expectativas para a conferência. A organização defende que as decisões de Antália reconheçam os mapas do caminho apresentados pela presidência brasileira da COP30, tanto o voltado à transição energética quanto o destinado a interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030. A expectativa é de que os documentos sejam incorporados às discussões políticas da conferência e sirvam de referência para a elaboração de estratégias nacionais e regionais.

"O mundo chega à Antália na esteira de eventos climáticos extremos e para os quais só existe uma solução: acabar com os combustíveis fósseis. A COP31 começa com um mapa dizendo como fazer isso e mais, que todos já podem e devem começar. Resta saber se os líderes terão a coragem de fazê-lo", afirma Stela Herschmann, líder de Política Internacional do Observatório do Clima.

Apresentados na última semana, quase um ano após a COP30, dois Mapas do Caminho foram elaborados voluntariamente pela presidência brasileira da conferência, diante da dificuldade de incluir os combustíveis fósseis nas negociações formais em Belém. A iniciativa dá continuidade ao compromisso firmado na COP28, em Dubai, em 2023, de promover uma transição justa, ordenada e equitativa para longe dessas fontes de energia.

O mapa sobre transição energética propõe uma metodologia para que cada país identifique sua dependência de petróleo, gás e carvão, avalie as condições para reduzir o consumo e defina prioridades. O documento não estabelece metas obrigatórias de redução e considera as diferentes realidades nacionais, incluindo a capacidade econômica e institucional de cada país. Já o segundo, reúne estratégias para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030.

O Observatório do Clima defende que as presidências das COPs 31 e 32 apoiem a elaboração de mapas nacionais e regionais ao longo de 2027, com apresentação dos documentos até a conferência seguinte, prevista para ocorrer na Etiópia. A proposta busca fazer com que os roteiros deixem de ser apenas referências internacionais e se convertam em instrumentos de planejamento dos governos.

Financiamento

Além da transição energética, o financiamento climático é considerado essencial para viabilizar as mudanças, sobretudo nos países em desenvolvimento, que enfrentam maiores dificuldades para custear a adaptação e a redução das emissões. Entre as prioridades para a COP31 estão avançar nas negociações para triplicar os recursos destinados à adaptação, atualizar o Roteiro de Baku a Belém, com a meta de mobilizar US$ 1,3 trilhão por ano, e fortalecer o Programa de Trabalho sobre Mitigação.

A expectativa é de que a conferência ajude a transformar os compromissos financeiros em mecanismos concretos de apoio aos países, ampliando sua capacidade de implementar políticas climáticas.

Para Tatiana Oliveira, líder da estratégia internacional do WWF-Brasil, o financiamento precisa deixar de ser uma promessa recorrente nas conferências e se transformar em recursos efetivamente disponíveis para os países em desenvolvimento. "Não podemos continuar tratando o financiamento climático como uma promessa que se renova a cada conferência, enquanto os países em desenvolvimento seguem sem recursos para enfrentar a crise climática", destaca.

Quatro agendas para acelerar a ação climática

Um ano após a COP30, em Belém, a conferência na Turquia terá o desafio de transformar compromissos em ações concretas. Para o WWF-Brasil, quatro frentes precisam avançar de forma integrada

1. FINANCIAMENTO
- Ampliar recursos públicos novos e adicionais.
- Garantir financiamento previsível e acessível aos países em desenvolvimento.
- Alinhar os fluxos financeiros à meta de 1,5 °C.
- Avançar na implementação do Artigo 9 do Acordo de Paris.

2. MITIGAÇÃO
- Acelerar a transição energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis.
- Enfrentar a expansão da exploração de petróleo e gás.
- Combater o desmatamento e a degradação florestal.
- Transformar os mapas do caminho em políticas e investimentos.

3. ADAPTAÇÃO
- Avançar na implementação da Meta Global de Adaptação.
- Definir indicadores para medir resultados.
- Ampliar o financiamento.
- Garantir a participação de comunidades vulneráveis nas decisões.

4. OCEANOS
- Integrar a proteção dos oceanos às decisões climáticas.
- Fortalecer a conservação e a restauração de ecossistemas marinhos e costeiros.
- Ampliar o financiamento para essas iniciativas.
- Reconhecer o papel dos oceanos na regulação do clima, na absorção de carbono e na proteção das populações costeiras.

CINCO PRIORIDADES PARA A COP31

1. IMPLEMENTAR, SEM ADIAR
Colocar em prática os acordos do primeiro Balanço Global, que avalia o progresso coletivo em relação às metas climáticas.

2. FORTALECER A RESILIÊNCIA
Acelerar a adaptação dos países e ampliar a proteção das pessoas e da natureza diante dos impactos climáticos.

3. GARANTIR FINANCIAMENTO PARA A TRANSIÇÃO
Assegurar recursos previsíveis e acessíveis aos países em desenvolvimento.

4. ACELERAR A IMPLEMENTAÇÃO
Usar a Agenda de Ação para transformar iniciativas em resultados, incluindo metas de eletrificação e transição para longe dos combustíveis fósseis.

5. INTEGRAR INICIATIVAS E SOLUÇÕES
Articular mecanismos e instrumentos internacionais, como a Missão 1.5, o Acelerador Global de Implementação, a Ponte para a Implementação Climática e os mapas do caminho para combustíveis fósseis, desmatamento e financiamento.

Fonte: WWF.

Eletrificação é vantagem

A capacidade de usar a matriz elétrica renovável para descarbonizar outros setores é um dos principais pontos do White Paper nº 34 do Instituto Acende Brasil, obtido com exclusividade pelo **Correio**. O estudo analisa os caminhos para o setor elétrico alcançar a neutralidade de carbono e destaca seu potencial para substituir combustíveis fósseis na indústria, no transporte e nas edificações.

Segundo o Balanço Energético Nacional de 2026, as fontes renováveis responderam por 49,5% da matriz energética brasileira em 2025, ante 14,5% da média mundial, considerando os dados globais de 2023. Na matriz elétrica, a participação das renováveis supera 80%. Apesar da baixa emissão da eletricidade brasileira, setores como transporte e indústria ainda dependem de combustíveis fósseis. Por isso, além de ampliar a geração limpa, a transição exige substituir gradualmente tecnologias e processos produtivos.

De acordo com o estudo, a geração de 1 megawatt-hora (MWh) no Brasil emite cerca de 8% do volume registrado na China, 16% do observado nos Estados Unidos e 23% do correspondente à União Europeia. Em 2025, as emissões do setor elétrico brasileiro foram estimadas em 64,8 quilos de CO_2 equivalente por MWh produzido.

Para Alexandre Uhlig, diretor de Sustentabilidade do Instituto Acende Brasil, a principal contribuição do setor está justamente em fornecer energia limpa para reduzir as emissões de outras atividades. Segundo ele, de um total de 2 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa emitidas no país, cerca de 18 milhões são atribuídas ao setor elétrico. "Se nós temos hoje 2 bilhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa, algo em torno de 18 milhões são referentes ao setor elétrico. Então, é um setor com baixa emissão. Qual poderia ser a grande contribuição do setor elétrico para a descarbonização de outros setores?", questiona.

A substituição de gasolina, diesel, carvão e gás natural por eletricidade pode reduzir as emissões do transporte e da indústria. A expansão dos veículos elétricos e a eletrificação de processos industriais são exemplos desse potencial, desde que as mudanças sejam economicamente viáveis. (**RG**)

